

NOVA GUERRA FRIA: A NOVA BALANÇA DE PODER E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS NO SÉCULO XXI

*NEW COLD WAR: THE NEW BALANCE OF POWER AND THE SINO-AMERICAN
RELATIONS IN THE 21ST CENTURY*

Jhonathan Edvar Mattos Mariano¹

¹Mestrando no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/IFCH/UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. jhonathanedvar@gmail.com . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8861-3682>

Ana Caroline Sampaio²

²Mestranda no Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ) Rio de Janeiro, RJ, Brasil. carolsampaio93@gmail.com . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9458-6852>

Recebido em: 23/02/2023 | Aceito em: 26/10/2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

Em março de 2021, ocorreu a reunião de alto escalão entre representantes das diplomacias chinesa e norte-americana. O encontro aconteceu no Alasca entre o Secretário de Estado Anthony Blinken e o Ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi. O Governo Biden tem sido marcado por grandes movimentações de reorganização do bloco democrático-ocidental e por tentativas de contrapor a ascensão chinesa no cenário geopolítico, especialmente por conta do avanço da Iniciativa Cinturão e Rota, que estreita relações chinesas em parcela considerável do globo e ademais as mudanças estratégicas da China também na área econômica e militar. O presente trabalho pretende apresentar um balanço das relações bilaterais entre China e Estados Unidos, tendo como marco a referida reunião e na intenção de verificar se existe plausibilidade e solidez no discurso de “Nova Guerra Fria” a partir da análise militar, econômica e geopolítica. A metodologia utilizada foi qualitativa e descritiva, usando-se da literatura relevante para analisar os dados empíricos que nos mostram, como conclusão inicial, um acirramento da disputa entre as duas potências que aquecem a ideia de “Nova Guerra Fria”.

Palavras-chave: Economia Política Internacional; Geopolítica; China.

ABSTRACT

In March 2021, the high-ranking meeting between representatives of Chinese and US diplomacy took place. It occurred in Alaska between Secretary of State Anthony Blinken and Chinese Foreign Minister Wang Yi. The Biden Government has been marked by major movements to reorganize the Western Democratic bloc and by attempts to counteract the Chinese rise in the geopolitical scenario, especially due to the advancement of the Belt and Road Initiative, which strengthens Chinese relations in a considerable part of the globe and in addition China's strategic changes also in the economic and military areas. The present work intends to present an overview of the bilateral relations between China and the United States, having as a landmark the mentioned meeting and with the intention of verifying if there is plausibility and solidity in the discourse of “New Cold War” from the military, economic and geopolitical analysis. The methodology used was



qualitative and descriptive, using the relevant literature to analyze the empirical data that show us, as an initial conclusion, an intensification of the dispute between the two powers that warmed up the idea of “New Cold War”.

Keywords: International Political Economy; Geopolitics; China.



INTRODUÇÃO

Em discurso em novembro de 1989, Deng Xiaoping, então Chefe do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (PCCh) mal pôde expressar alívio quanto a um iminente fim da Guerra Fria por parte dos Estados Unidos (EUA) e da União Soviética (URSS) e já demonstrava preocupação com uma possível Nova Guerra Fria (NGF) no mundo, dessa vez protagonizada por EUA e China, visto que o país asiático assumira uma orientação ao socialismo em um contexto em que os EUA queriam realizar uma “evolução pacífica” dos países socialistas ao capitalismo e os líderes chineses deveriam conter quaisquer agitações que pudesse vir a ameaçar a China (Xiaoping, 1994).

Após o Estado chinês conseguir controlar a rebelião na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), em 1989, o G7 se uniu e estabeleceu uma série de sanções à China o que causou profunda insatisfação no líder chinês “they often infringe upon the sovereignty of poor, weak countries of the Third World. Their talk about human rights, freedom and democracy is only designed to safeguard the interests of the strong, rich countries” a nova retórica dos EUA mostrava que a China retomava agora como um rival para os EUA (Xiaoping, 1994, p. s/p). Para Doshi (2021) a aliança formada entre EUA e China para conter a URSS estava então rompida, se rompeu com o que o autor chamou de “tríplice traumática” que dizia respeito à Rebelião da Praça da Paz Celestial; a demonstração de poder dos EUA na Guerra do Golfo e o colapso da URSS, em 1991.

Uma reportagem³ de Jonathan Guyer (2022), fala sobre a construção do atual ponto de vista norte-americano em relação à China. Segundo ele, em 2000, a cientista política Condoleezza Rice colocou a China enquanto a competição estratégica dos EUA, contudo os atentados do 11 de setembro de 2001 fizeram com que a estratégia do país se virasse para o Oriente Médio: a chamada guerra contra o terror, desse modo a China ,enquanto uma ameaça, saiu do radar dos EUA. Ainda segundo Guyer, com o governo de Barack

³Guyer, 2022.



Obama houve uma aproximação da Ásia do Pacífico, enquanto isso a China se engajou muito mais no próprio desenvolvimento, através do Tao Guang Yang Hui - ocultar capacidades e manter um perfil baixo - que foi a estratégia escolhida como guia das relações internacionais do país, e que mudou ao longo do tempo, de acordo com as mudanças no equilíbrio de poder entre EUA e China (Sorensen, 2015, pp. 53-54; Doshi, 2021, pp. 43-70). Além disso, o governo Obama falhou em evitar que os países asiáticos aderissem à Iniciativa Cinturão de Rota da China (Panitch e Gindin, 2019, pp. 1-25), iniciativa de construção de infraestrutura em países vizinhos, mas que se espalhou também para países mais distantes via mar (Cai, 2017) que agrega ao poder chinês na Ásia e em outros continentes como Africano e também na América Latina.

Com a ascensão de Trump ao poder e política nacionalista agressiva tomou mais forma na estratégia norte-americana, colocando a China como o novo e principal inimigo dos EUA, o país asiático foi inserido numa mais incisiva guerra comercial tendo diversas de suas empresas sofrendo aumento de tarifas e várias outras sanções comerciais. A mudança de um governo Republicano para um governo Democrata encabeçado por Joe Biden, não mudou tanto, mudou a forma, mas não o inimigo, a política de Biden é mais focada em competir com a China (militar, econômica, política e ideologicamente) É o que o jornalista e escritor, em sua reportagem, chama de “Washington all in on great power competition”(Guyer, 2022). É a união de todas as frentes políticas dominantes nos EUA contra o avanço chinês.

Foi nesse contexto de mudança para o governo democrata de Joe Biden que ocorreu a reunião, em março de 2021⁴, no Alaska, reunião que contou com a presença do Diretor do escritório da Comissão Central das Relações Exteriores Yang Jiechi, o Ministro das Relações Exteriores Wang Yi, ambos da China e Secretário de Estado Antony Blinken e o Conselheiro de Segurança Nacional Jake Sullivan enquanto representantes dos EUA. Na ocasião do encontro os norte-americanos apresentaram o que seria a diplomacia do novo governo democrata e toda uma preocupação retórica em relação ao tratamento da China

⁴ Nikkei Asia, 2021.



quanto aos direitos humanos na região de Xinjiang, bem como quanto a assuntos sensíveis como Hong Kong e Taiwan.

Do lado dos chineses eles se preocuparam em apresentar o avanço econômico chinês e os objetivos bem sucedidos em eliminação de pobreza extrema, combate à COVID-19 e construção de uma sociedade moderadamente próspera, enfatizando que o tipo de democracia que os EUA têm é diferente da democracia chinesa e por essa razão não lhes será imposta, o que ilustra bem que os próximos anos seriam marcados por um acirramento ideológico, econômico entre os dois países e até mesmo mais agressivo, visto a própria visita de Nancy Pelosi a Taiwan, em agosto de 2022, o que causou imenso desconforto aos chineses.

A partir do cenário apresentado, esse artigo busca analisar as principais mudanças estratégicas nas políticas comercial/econômica, militar e ideológica que marcam as mudanças no rumo da relação entre as duas maiores economias do mundo e entender se o conceito de NGF é plausível para a situação atualmente posta. A hipótese deste estudo é que a partir de desdobramentos econômicos, militares e geopolíticos China e EUA protagonizam hoje a disputa por um poder global que caracteriza a NGF. A metodologia utilizada será delineada a partir de pesquisa bibliográfica e documental dentro do marco teórico do realismo das Relações Internacionais. O artigo será estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, apresentar-se-á uma segunda seção que tratará sobre a relação sino-americana no governo de Donald Trump e também no governo de Joe Biden, apresentando as principais estratégias dos EUA e da China. A terceira seção tratará de forma mais aprofundada acerca das principais disputas geopolíticas entre os dois países. Por fim, apresentaremos as considerações finais da pesquisa.



1. DE TRUMP A BIDEN: A POLÍTICA DE ACIRRAMENTO DE TENSÕES COM A CHINA

A eleição de Donald Trump, em 2016, e sua chegada à Casa Branca, em 2017, passa por alguns aspectos muito relevantes para se entender como se deu o tensionamento da relação com a China. A figura outsider de Trump representava um hiper nacionalismo conservador e populista tomando concretude nos EUA. O republicano usou um tom agressivo à ideia da globalização que colocou os EUA muito voltados para fora a custas de efeitos significativos para o povo norte-americano como a estagnação salarial, aumento do número de migrantes ocupando postos de trabalho no lugar de estadunidenses, benefícios para empresas estrangeiras. A ideia de Donald Trump era empurrar os custos da globalização e do desenvolvimento de uma ordem internacional liderada pelos EUA para os outros países também, o Make America Great Again consistia em voltar o poder americano para dentro e ele fez isso virando seu discurso e seu governo contra o internacional, inclusive organismos internacionais caros aos EUA, como OMC, OMS, e o próprio G7 tarifando aço e alumínio para os países membros, dentre outros (Panitch e Gindin, 2019, p.139).

A crise de 2008 gerou forte sensação de ressentimento de classe por parte dos norte-americanos, a forma como o então presidente Barack Obama lidou com a crise a partir de uma perspectiva de sustentação do globalismo pelo poder imperial dos EUA gerou muitos problemas socioeconômicos no país: endividamento das famílias, queda de empregos, salários estagnados, perda de moradia por conta da crise imobiliária, aumento do déficit fiscal e em contrapartida, um aumento dos lucros privados, mostrando que “a popular anxiety about American decline based on frustrations with the false promises of free trade for American workers” (Panitch e Gindin, 2019, p.7) e é assim esse cenário que dá palco ao acirramento da disputa com os chineses, a guerra comercial de Trump contra a China começa como desdobramento dessa série de acontecimentos.



Os EUA, em 2018, interrompeu a venda de chips para uma empresa chinesa (ZTE) quando o governo chinês resolveu não respeitar as sanções dos norte-americanos ao Irã (Goldman, 2020). Ainda segundo Goldman (2020), em 2020, a disputa comercial tem novo foco, o governo Donald Trump impôs restrições às importações chinesas tirando acesso do país asiático aos chips mais modernos do mercado produzido pelas empresas norte-americanas, muitas com fábricas em Taiwan, principal centro produtivo mundial de semicondutores o que gerou impacto em empresas chinesas como a Huawei. O que segundo especialistas e policy makers norte-americanos, foi um verdadeiro tiro no pé dos EUA, visto que a China não desenvolve essa tecnologia e gastava mais de 300 bilhões comprando dos EUA, ao passo que com as restrições sofridas pelo governo republicano a China investirá 1.4 trilhão de dólares para até 2025 alcançar os EUA na produção dos chips (Goldman, 2020), reforçando uma ideia de que a China busca não depender dos EUA para conseguir realizar os seus projetos de desenvolvimento interno e também para “reduce the discretionary exercise of US economic power” (Doshi, 2021, p.66).

Acompanhado todos esses desdobramentos na relação entre as duas potências e partindo de uma percepção de que “The enormous challenges entailed in integrating Russia and China within the US informal empire relate to many factors, including of course their critical designation as the leading adversaries in US military strategy” (Panitch e Gindin 2019, pp. 19-20). Pode-se inferir que Rússia e China são Estados nos quais os EUA não conseguem impor poder direto e que por essa razão são Estados que oferecem risco às estratégias militares e econômicas norte-americanas e devem ser combatidos. Os EUA não participaram do processo de reconstrução da Rússia, à época URSS, após a segunda guerra mundial e mesmo com a rivalidade aflorada entre URSS e China durante a Guerra Fria e com a integração da Rússia [especialmente após 1991] e a abertura altamente regulada da China para o mercado internacional, a política interna e externa de ambos os países não é manipulada nem controlada pelo império dos EUA e isso é relevante para que a China e Rússia estejam sempre competindo no debate internacional como um inimigo a ser combatido pelos norte-americanos.



Apesar de existir na academia um debate sobre a viabilidade de um conceito de uma NGF, dado o contexto de interdependência econômica entre China e EUA e uma suposta multipolaridade, é possível ver um enrijecimento da bipolaridade e das tensões com os EUA e aliados, o que se vê nas disputas do Mar do Sul da China, no Estreito de Taiwan e na oposição ao BRI (Cristofani, 2021, s/p). O fato das trocas com a China representarem 14% do PIB dos EUA e 17% da União Europeia, contra 1% entre EUA e URSS, torna um processo mais delicado, mas não afasta o uso do termo NGF. A oposição entre o “mundo livre e o autoritarismo” levantado por Donald Trump e “democracia e autoritarismo” de Joe Biden, percebe-se uma continuidade da visão da China como ameaça ao bloco de poder ocidental e coloca no centro a disputa ideológica típica da bipolaridade da Guerra Fria (Sanz Díaz; Sáenz Rotko, 2022).

Por fim, Panitch e Gindin (2019), no entanto, chamam atenção para o fato de que a crise interna e social que molda o trumpismo não é uma crise que enfraquece aspectos de poderio econômico dos EUA, não há como se falar num declínio, ou na mudança de uma ordem internacional, ainda e nem é contraditório os EUA se manter como uma potência imperial sincronicamente ao fato das mudanças nacionalistas que acontecem no âmbito doméstico. O dólar, por exemplo, ainda é a mais forte moeda utilizada nas transações comerciais e como reserva de valor, as empresas norte-americanas são poderosas, os EUA ainda é o país que mais desenvolve determinadas tecnologias de ponta. O Trumpismo representa mais uma crise política de um papel de liderança estabilizadora que os EUA assumiram no mundo após a Segunda Guerra Mundial (Gilpin, 1981, pp. 50-103; Panitch e Gindin, 2019, p.143).

Uma crise que pode não ser tão passageira como se poderia imaginar com a não reeleição de Donald Trump. Vislumbra-se que com a entrada de um governo democrata que o hipernacionalismo trumpista enfraqueça e o globalismo dos EUA volte a sua plena forma, o que em alguns sentidos pôde ser observado, como a própria ofensiva da OTAN contra a Rússia na Guerra da Ucrânia e o massivo apoio da União Europeia à causa “ucraniana” e contra a Rússia. Contudo é importante observar que a hegemonia



ideológica dos EUA se manteve enfraquecida pós-Trump e todas as frustrações e contradições não devem desaparecer (Panitch e Gindin, 2019, p. 19).

A reunião do Alaska mostrou que a abordagem de Biden em relação à China se pareceria muito com a de Trump. Na ocasião da reunião, o Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken acusou a China de realizar ataques cibernéticos em todo o mundo, bem como questionou a democracia chinesa, especialmente no que tange às liberdades individuais e os direitos humanos, especialmente na região de Xinjiang e Tibete. Os chineses responderam que de forma alguma aceitariam intervenção de países estrangeiros em questões que só dizem respeito à soberania chinesa, como o caso de Xinjiang e Taiwan, e rebateram que os EUA pouco podem falar sobre ataques cibernéticos no mundo, quando são os que mais realizam esse tipo de ataques e que a China não aceitará acusações injustificadas por parte dos EUA.

Os chineses reforçaram também a ideia de que para as empresas norte-americanas, parcerias com a China eram importantes e deveriam ser preservadas pelo governo e repudiou as sanções que o governo norte-americano impôs aos chineses. Uma das falas de Yang Jiechi em relação aos ataques sofrido pelos EUA foi:

We wonder if this is a decision made by the United States to try to gain some advantage in dealing with China, but certainly this is miscalculated and only reflects the vulnerability and weakness inside the United States. And this will not shake China's position or resolve on those issues (Nikkei Asia, 2021, s/p).

Para o governo chinês as sanções dos EUA mostram que de duas coisas uma. A primeira é que a forma de lidar com os chineses é uma tentativa de intimidá-los ou seria a segunda opção: é uma forma dos EUA se mostrarem enfraquecidos e vulneráveis frente ao avanço da China. Essas passagens retiradas da transcrição da reunião mostram que o fim do governo Trump não diminuiu a deterioração das relações entre as duas maiores potências do mundo, na verdade iniciava-se um aumento de hostilidade entre os países.

O governo de Trump deixou uma herança de uma China mais focada em desenvolvimento de alta tecnologia. Em 2020, os chineses informaram que investiriam



em aliança com a Rússia para a utilização dos engenheiros russos, bem como na contratação de engenheiros de Taiwan para sua empreitada tecnológica em alcançar os EUA em tecnologias sensíveis (Goldman, 2020). A notícia⁵ de que a China estava conseguindo desenvolver a tecnologia dos chips de 7 nanômetros, certamente, acendeu um alerta em Washington. A prova que o risco chinês ainda é um assombro ao governo de Joe Biden, nesse sentido, pôde ser assistida em agosto de 2022, com a visita de Nancy Pelosi a Taiwan, que foi a ruptura total da chamada “ambiguidade estratégica em relação a Taiwan” que vinha sendo feita por parte de Washington há muito tempo (Guyer, 2022). Na ocasião os EUA e o mundo puderam assistir a demonstração de poder militar por parte dos chineses e o absoluto repúdio de Xi Jinping à intromissão dos norte-americanos em assuntos internos e sensíveis dos chineses.

A aproximação estratégica da Rússia com a China é outra forma de ilustrar uma potencial NGF. Resta saber como será estabelecida uma nova “diplomacia triangular” como ocorrida na Guerra Fria do século passado (Kissinger, 2011, pp. 123-151), se será encabeçada pelos EUA, ou se dessa vez Rússia e China seguirão unindo forças e transformando uma ameaça retórica em uma ameaça real ao poderio dos Estados Unidos da América.

Por fim, é importante posicionar a estratégia chinesa em resposta ao agravamento da relação com os EUA. Após os marcantes acontecimentos chamados por Doshi (2021) de “tríplice traumática” (Rebelião da Praça da Paz Celestial [1989], Guerra do Golfo [1990] e Fim da URSS [1991]) a China, sob a égide do que chamava, e até hoje chama, de construção do socialismo optou por uma estratégia a new Chinese grand strategy would be formed— one focused on surviving the US threat (Doshi, 2021, p.53). Os EUA podem até não ter visto a China sempre como a pior ameaça aos EUA a partir da década de 1991,

⁵ Para saber mais, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2022/07/apesar-dos-eua-china-da-um-salto-na-guerra-dos-chips-diz-bloomberg.shtml>. Acesso em 18 out.2022.



mas a China sempre teve muito claro que os EUA era a principal ameaça à China. Os líderes e policy makers chineses sempre deixaram isso salientado em seus discursos. Segundo Doshi (2021) a China então usou da necessidade dos EUA em usufruir do seu imenso mercado interno para iniciar suas políticas de desenvolvimento de forças produtivas, como sendo a saída primordial para sobreviver à ameaça imperial norte-americana, assim como controlar internamente as forças contra-revolucionárias que eram constantemente inflamadas por agentes externos.

Enquanto a estratégia apresentada por Deng Xiaoping seguia uma lógica mais “abrandada” de olhar com frieza a situação, manter a posição, agir com calma e trabalhar silenciosamente em seus planos (Doshi, 2021, pp. 43-70). A estratégia de Xi Jinping é mais agressiva e incisiva. Para Goldstein (2020), a China passou a ser mais ousada interna e externamente, mesmo que não se afaste por inteiro da estratégia que foi iniciada com Deng Xiaoping, algumas décadas antes. Segundo o autor, Xi, dentro do escopo nomeado como Rejuvenescimento Nacional (RN) fala mais em ações benignas do país para com o mundo, fala em mudanças na ordem mundial e fala em combater as principais contradições postas ao PCCh (Doshi, 2021, pp. 43-70).

A estratégia chinesa, à época de Deng Xiaoping, era tríade. No nível militar a China buscou mais proteger do que expandir, visando assim impedir que os EUA possam vir a controlar e influenciar o mar. Politicamente a China buscou criar instituições regionais para evitar a influência dos EUA na região, protegendo assim seus limites de possíveis conflitos. Na economia, a China buscou fortalecer seu comércio com o resto do mundo, aumentando sua produção de tecnologia e se tornando um país com o qual todo o mundo precisaria negociar (Doshi, 2021, pp. 43-70). A próxima seção irá descortinar como se desenvolve a estratégia chinesa hoje, confirmando que não se afasta totalmente daquela iniciada por Deng Xiaoping na década de 1990.



2. A NOVA DISPUTA GEOPOLÍTICA ENTRE POTÊNCIAS

Neste tópico, vamos elucidar como a disputa geopolítica entre China e EUA vem se materializando em termos de: a) capacidades econômicas; e b) na construção de zonas de influência ao longo do globo; c) capacidades militares. Cada uma dessas capacidades será abordada em subtópicos a seguir.

2.1. Aspectos econômicos

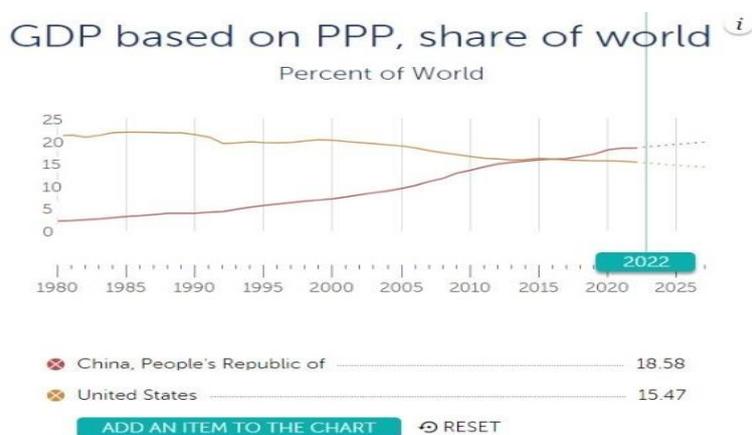
No início do processo de Reforma e Abertura e das Quatro Modernizações, conduzidos por Deng Xiaoping a partir de 1978, foram essenciais para o desenvolvimento nacional chinês. Em 1980, o PIB americano era de US \$2,857 trilhões, enquanto a China tinha um PIB de US

\$191,1 bilhões. Em 2020, o panorama apresentou mudanças substanciais no volume do produto doméstico dos EUA atingiu a marca de US \$20,94 trilhões, a China, por outro lado, evoluiu para US \$14,72 trilhões segundo dados do Banco Mundial. Esse processo de redução da distância entre os dois países, também reflete na participação desses Estados no PIB global, como veremos à frente. Em 1980, a China respondia por pouco mais de 2% do PIB global (2,26%), segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto em 2022 a parcela chinesa da riqueza global representa 18,56% e com expectativa de atingir 19,41% em 2025.

A China apresentou uma taxa média de crescimento em torno de 10% a partir de 1978, que vem passando por um processo de desaceleração, sobretudo após o pico da pandemia de COVID-19. Quando usamos os mesmos dados de 1980-atual (Figura 1), exarados pelo FMI, pode-se inferir uma tendência de ascensão chinesa e queda da participação estadunidense na economia mundial. Em 1980, a parcela da riqueza global dos EUA era de 21,32%, hoje (2022) representa cerca 15,47%, apresentando uma tendência de queda.



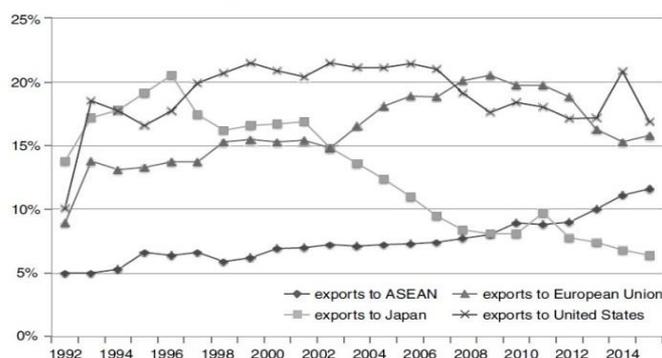
Figura 1 - PIB em PPP, participação mundial



Fonte: IMF, 2022.

Em 2007, a China iniciou um processo de transição de um modelo econômico orientado à exportação para um modelo orientado ao consumo. Isso levou a uma redução da importância da ASEAN na composição da riqueza chinesa, ao passo que a diversificação dos parceiros comerciais contribuiu para uma menor dependência da RPC do volume de comércio com Japão, União Europeia e Estados Unidos (Figura 2).

Figura 2 - Exportações Asean, Japão, União Europeia e EUA (1992-2014).



Fonte: Zhang, K. 2020, p. 139.

Na esteira da Crise de 2008, percebe-se um ponto de viragem da China nas cadeias globais de valor e um crescimento volumoso de sua integração tanto na região (com destaque para as relações China-ASEAN), quanto no mundo, conforme demonstrado nos



dados acima. Outro ponto de inflexão das relações político-econômicas da RPC ocorreu com o lançamento da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) em 2013.

A BRI é fruto de uma política anticíclica no pós-Crise de 2008, que injetou um 1 trilhão de dólares em projetos de infraestrutura, inicialmente ao Sul Global. A Iniciativa se conecta com a perspectiva de RN, bem como o modelo de globalização moderada e ganhos mútuos - *win-win* - em contraposição ao processo de hiperglobalização, lastreada em investimentos externos e abertura de mercado, por meios de ampliação de mercados financeiros.

Entretanto, o sucesso chinês não pode ser explicado apenas pela abertura e inserção da China na divisão internacional do trabalho. O principal motor desse processo de desenvolvimento é o Estado, que por meio de suas instituições cria e sofisticada mecanismos de planejamento econômico e suas fases de acumulação:

Esse gradualismo é expresso pela combinação dos seguintes processos conduzidos pelo Estado: 1) dominância do Estado sobre mercado; 2) que em retorno liberaliza o comércio para seu benefício, criando oportunidades para aprofundar formas superiores de divisão social do trabalho, e concomitantemente com o plano; 3) dedica energia à formação de um mercado consumidor interno; 4) inicia a industrialização baseada no empreendedorismo campestre; 5) induz a competição extensiva entre pequenas, médias e grandes empresas e encoraja a educação para mitigar os efeitos do próprio mercado sobre o corpo social; e 6) o plano direciona primeiro à própria indústria e depois ao comércio internacional, não em sua forma tradicional, mas como um bem público, planejado e conduzido pelo Estado" (Jabbour; Dantas, 2017, p.794).

A aprovação do 13º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconômico (2016-2020), destacou algumas necessidades e prioridades do Estado e do desenvolvimento chinês: i) melhorar o sistema de regulação macroeconômico, tornando-o mais eficiente; ii) criar empregos; iii) proteger o meio ambiente; iv) criar um ambiente macroeconômico estável do ponto de vista das expectativas do público, dos preços, orientando o comportamento do mercado (China, 2016, s.p).



2.2. Aspectos geopolíticos

Robert Cox (1986) discorre sobre três forças de tensão que se interpelam reciprocamente: ideias, capacidades materiais e instituições. Onde as ideias têm duas funções: uma de formação das relações intersubjetivas, onde adquirem noções compartilhadas sobre a relação das naturezas sociais e transbordam na construção de expectativas, hábitos e comportamentos. Outra por sua vez se refere a auto imagem coletiva de determinado grupo ou povo que se materializa ao longo da história.

Quando se trata da análise do discurso de representantes chineses, esse exemplo fica claro nas declarações do MFA Wang na reunião do Alaska, quando fala em “abandonar a mentalidade de GF e o jogo de soma zero” e destacando o papel da cooperação para superar desafios comuns a humanidades (Nikkie Asia, 2021, s.p):

Percebemos a força que algumas ideias-chave foram transformadas em conceitos centrais para o entendimento da geopolítica chinesa, dentre eles destacamos o de Grande Estratégia (GE) e o (RN). Tomando como partida a contribuição de Goldstein (2020), a compreensão dos conceitos de RN e da GE, que tem ganhado projeção a partir da década de 1990 com Jiang Zemin (1992-2002), passados pelo período de Hu Jintao (2002-2012) e, por fim, o governo de Xi Jinping (2012 - atual). O conceito de GE adotado pelo autor se refere à combinação de meios político-diplomáticos, econômicos e militares da atuação chinesa (Goldstein, 2020, p. 166). Para compreensão deste conceito é preciso levar em conta mais que conjunto de medidas, ao contrário, trata-se da expressão de uma visão de mundo definida e tracejado em seu planejamento, a exemplo dos Planos Quinquenais.

Existe continuidade nas políticas, sem que isso implique em uma linearidade das ações adotadas, bem como o processo de adaptação do conceito à realidade e aos interesses globais chineses. Cada geração de dirigentes do PCCh usou deste conceito para objetivos estratégicos do Estado chinês. Na era maoísta, o principal objetivo era a consolidação da Revolução de 1949, ou seja, a garantia da sua soberania, integridade e, principalmente, a continuidade da existência da própria China Moderna. A Era Deng foi



marcada por uma política de baixa assertividade no cenário global, ao contrário, a China tentava se inserir na ordem mundial e usar do multilateralismo e suas instituições para o desenvolvimento chinês, acumulação de capital e aceitabilidade chinesa ao sistema internacional do ponto de vista econômico neoliberal. Recentemente, percebe-se uma alteração da hiperglobalização neoliberal para um modelo que visa uma perspectiva de globalização moderada e focalizada nas demandas de acordo com a região.

A China na década de 1990 representava 6,6% do PIB estadunidense e o maior mercado consumidor, o que fez com que outros países buscassem, nos chineses, seus ganhos absolutos. A terceira geração de dirigentes Jiang e Hu (1992-2008), teve como principal meta a consolidação da China como um Estado responsável e com objetivos pacíficos. Alguns episódios envolvendo outros países asiáticos na década de 1990 colocaram a China em uma contradição entre imagem e prática, o que levou a um relativo isolamento chinês, que só seria superado uma década depois.

A geração atual, expressado no mandato de Xi (2012-atual), prioriza, de forma mais assertiva, a estratégia de RN e a persecução do chamado Sonho Chinês, no entanto, esse objetivo nacional só seria possível com uma China forte, econômica e militarmente, para que seja reconhecida como um player no tabuleiro geopolítico.

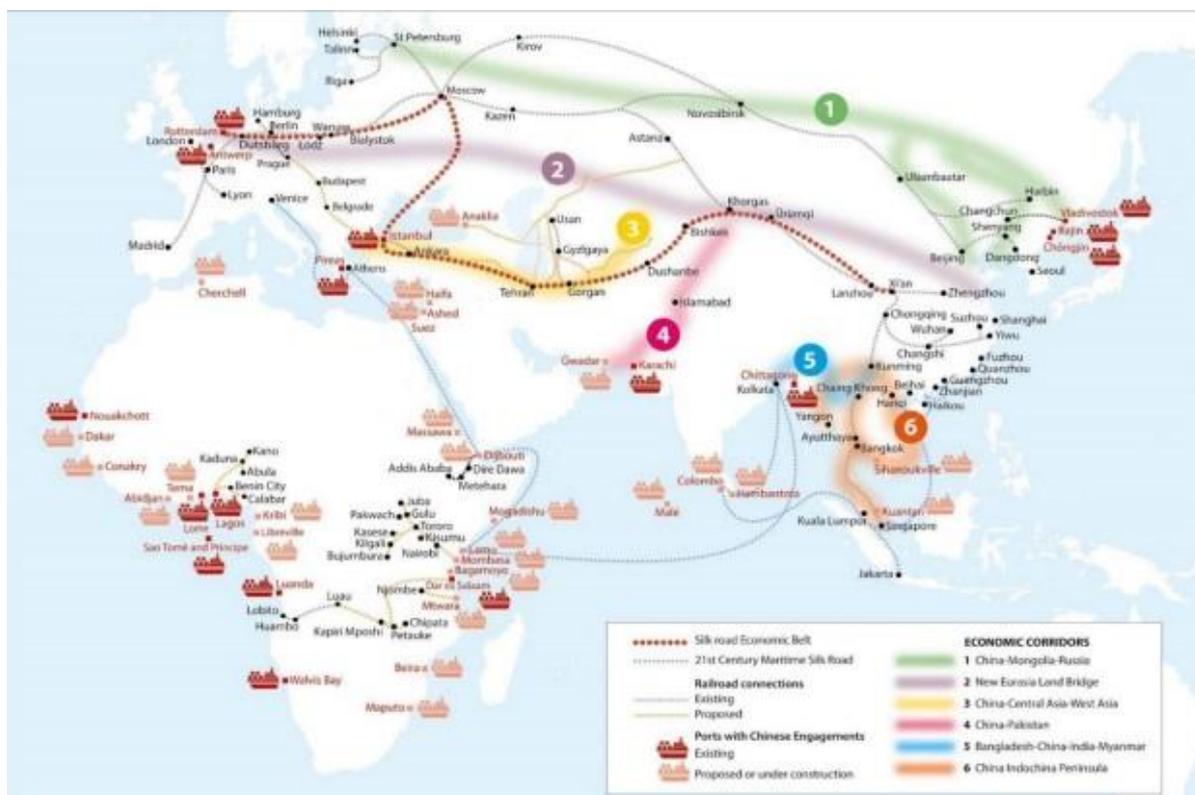
O resultado desse processo é a China como uma potência reformista, que pretende alterar o modelo de multilateralismo por dentro, e não revisionista. A proposta de uma reforma das regras do jogo, não tem como pretensão a disputa pela unipolaridade, mas uma multipolaridade que sirva aos seus interesses estratégicos. Essas mudanças no comportamento chinês despertaram reações de países centrais, o que levou a China a construir uma base econômica e militar que assegure seu lugar de grande potência. A diversificação dos meios aplicados pela China forma um encadeamento global (a exemplo da Iniciativa Cinturão e Rota) criando um custo maior à retaliações de outros países, enquanto a modernização militar cria um meio de dissuasão que impõe obstáculos frente à coerção.



A Iniciativa Cinturão e Rota se projeta como a pedra fundamental da política de investimentos chineses se constitui a partir de seis corredores econômicos ao longo do globo. sendo eles:

- 1) Novo Corredor Eurasiático ou Nova Ponte Terrestre da Eurásia: envolvendo ferrovia para a Europa via Cazaquistão, Rússia, Bielorrússia e Polônia;
- 2) Corredor Econômico China, Mongólia, Rússia: incluindo ligações ferroviárias e a estepe estrada—esta ligação com a ponte de terra;
- 3) Corredor Econômico da China, Ásia Central, Ásia Ocidental: ligação ao Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Irã e Turquia.
- 4) Corredor Econômico da Península da China Indochina: Vietnã, Tailândia, Laos, República Democrática Popular, Camboja, Mianmar e Malásia;
- 5) Corredor Econômico China, Paquistão: A província de Xinjiang será a mais afetada. Esse importante projeto liga a cidade de Kashgar (zona econômica livre) em áreas sem litoral Xinjiang com o porto paquistanês de Gwadar, um porto de águas profundas usado para fins militares;
- 6) Corredor Econômico da China, Bangladesh, Índia, Mianmar: É provável que isso mude mais lentamente devido à desconfiança sobre questões de segurança entre a Índia e a China.

Figura 3 - Seis corredores da BRI.



Fonte: OCDE, 2018, p.11.



Apesar de sua centralidade, o BRI faz parte de um arranjo mais amplo de construção do multilateralismo. A China em seu 14º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social (2021-2026), determina o investimento chinês no fortalecimento do G-20 na governança mundial, aumento da participação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), entre outras iniciativas das quais o país faz parte - bem como a própria ampliação dos BRICS (BRICS+). Esse pleito de uma governança menos centrada no Ocidente, também se reproduz no campo econômico e financeiro, elencando outras instituições que podem contribuir para esse objetivo, a exemplo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento, (China, 2021, p. 103).

Dito isso, no próximo tópico, será abordado o aspecto militar. Esse aspecto, não obstante princípios diplomáticos, sempre ocupa um dos mais eloquentes elementos de poder, cabendo-lhe como último recurso nos conflitos entre potências.

2.3. Modernização militar e disputa sino-americana

Os Estados necessitam de investir em aumentar suas capacidades, sejam enquanto capacidades produtivas, desenvolvimento social, mas centralmente suas potências militares. São essas que asseguram a possibilidade de intervenção nesse sistema anárquico, determinando inclusive o alcance dessas intervenções.

Neste tópico, o que se pretende analisar é o uso da coerção como mecanismo de exercer influência sobre o comportamento do outro Estado, objetivando colocá-lo dentro das suas expectativas ou de acordo com seus interesses estratégicos. Nas palavras de Ketian Zhang (2019, p.117, tradução nossa.) a coerção é “‘coerção’, quero dizer a uso ou ameaça de ações negativas, como sanções econômicas e significa forçar o estado alvo a mudar seu comportamento”. 1) o cuidado da RPC na implementação de medidas coercitivas; 2) a excepcionalidade chinesa no uso da coerção; 3) a predileção chinesa pelos meios não-militares de coerção (Zhang, 2019, p. 117).



Zhang (2019) tenta decodificar qual tem sido a estratégia e as opções escolhidas pela China, na história recente, para mudar o comportamento de seus adversários/opponentes. Não se trata de nenhuma novidade que potências utilizem meios coercitivos para manter ou ampliar sua influência, mas o tipo de coerção é um fato que pode ajudar a definir a estratégia de política externa de um Estado. Essa escolha política deve ser guiada, segundo o autor, em ponto de equilíbrio de custos econômicos e geopolíticos como fiel da balança na escolha do tipo de coerção que deve ser empregado, de forma não estática, no caso concreto.

O período de Xi Jinping à frente da China tem como marca a exportação de bens públicos por meio da Iniciativa Cinturão e Rotas, mas também um processo de modernização militar e com um volumoso aumento do orçamento das Forças Armadas, saindo de U \$80 bilhões, em 2010 (Davies e Rothe 2011 apud Bertonha, 2017, p 118-119), hoje conta com quase o triplo desse montante.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001, e, conseqüentemente, na ampliação de sua participação nas cadeias globais de valor, diminuiu a participação de parcerias tradicionais: Japão, EUA e União Europeia na sua composição de riqueza, mas diversificou seus parceiros, sobretudo, nos países da ASEAN. Essa maior integração ganhou volume após 1997, Crise Asiática, quando a China se colocou como garantidor das trocas regionais, tendo como resultado um aumento do custo das retaliações à China.

Quando levamos em conta uma visão realista da balança de poder, a autora tenta encontrar os fatores que levariam a China a uma posição sustentável de potência no cenário global. A hipótese realista, na qual o uso ou a possibilidade de uso da força (poder militar) é central para equilibrar as relações entre as grandes potências que disputam a posição de vanguarda no sistema internacional, ou no tabuleiro do poder global, seja pela consolidação da unipolaridade da força dominante ou uma multilateralidade que permita a ascensão de uma nova potência. O conceito de “balance”, geralmente traduzido como



equilíbrio, aqui será tratado balanceamento, o que permite uma visão não de um ponto de equilíbrio como tendência da interação entre diferentes forças, ao revés, o balanceamento se refere postura de coexistência entre os fatores que disputam a centralidade na projeção de um Estado.

Esses elementos devem ser entendidos sob duas óticas, de um lado o balanceamento interno (militar, econômico e tecnológico), por outro lado, o balanceamento externo (da capacidade de um Estado em construir aliança militares ou esquemas de segurança coletiva entre blocos de poder). A análise da importância do segundo aspecto (interno) na construção de uma imagem de força e da respeitabilidade no sistema internacional, força suficiente ou capacidade de representar uma ameaça não facilmente derrotada em caso de um choque de potências, para isso serão levantadas três caminhos, que devem ser seguidos para a materialização desta posição de destaque.

São esses caminhos: a) *off-setting*, ou seja, o incremento do número de armamento e a qualidade das armas disponíveis pelo candidato a pólo; b) a emulação: o esforço consciente de um candidato a pólo de reproduzir as condições/ capacidade militares da potência atual; por fim, c) inovação: o desenvolvimento de capacidades militares, por meio da inovação tecnológica, que possam conter um possível oponente, algumas dessas serão vistas um pouco à frente (Dawood, 2020, p.77).

A modernização militar está entre as Quatro Modernizações (1978) propostas por Deng Xiaoping, visando um processo de modernização e adaptação da China pós-Mao ao sistema internacional e maior participação/influência do país nas cadeias globais de valor. Estas reformas foram divididas em uma modernização: i) agricultura; ii) indústria; iii) militar/ defesa nacional; e iv) científico-tecnológica.

Para fins de análise, as reformas de Defesa e de científica são as principais, uma vez que dessas duas interações surge um processo de aprimoramento da capacidades militares chinesas e do crescimento do poder do Exército de Libertação Nacional (ELP), pode-se inferir então que a China exerce o aumento relativo de sua poder e capacidade



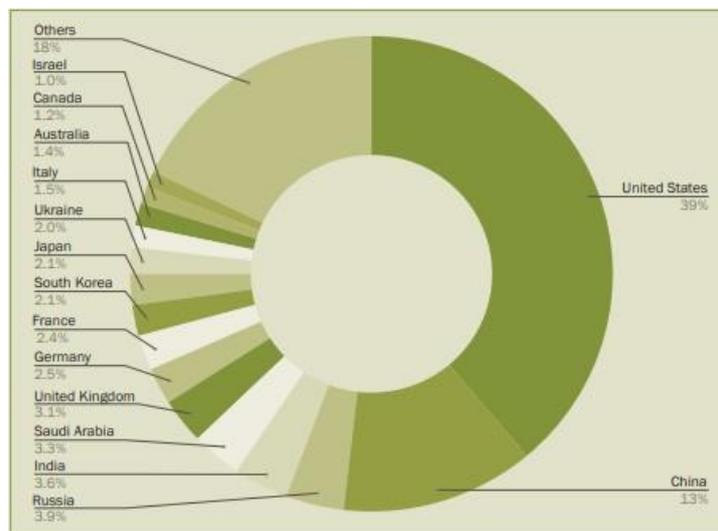
de dissuasão. Note-se que apesar dos efeitos externos desse quadro nos últimos quarenta anos, parte do desenvolvimento de suas capacidades internas, seja pelos investimentos na indústria (econômico), seja pela modernização e inovação aferida pelo ELP (militar).

Desta forma, percebe-se que apesar do baixo engajamento na formação de alianças militares (aspecto externo), a China consegue trazer à tona uma imagem de ascensão pacífica, o investimento interno se sobressai na temática da Defesa. O tipo de inovação perseguido pela modernização chinesa é majoritariamente ligado à possibilidade de guerra por ar e mar, secundarizando a guerra terrestre. O aumento do poder naval, com navios de guerra, porta-aviões, mísseis de médio alcance, minas aquáticas e submarinos, demonstram a centralidade das capacidades navais, grande parte pelo contencioso de 70 anos envolvendo as disputas sino-americanas em torno de Taiwan (Dawood, 2020, p. 91).

A China já conta com a segunda maior frota, embora ainda distante da potência militar dos Estados Unidos, é suficiente para dissuadir uma possível ameaça à Taiwan, colocando à mesa um conflito militar, que torna improvável uma operação militar direta dos EUA. O custo geopolítico do rompimento do discurso de ascensão pacífica traria maiores danos à participação chinesa na economia global, podendo levar a sanções econômicas, o isolamento chinês ou até coerções militares. Como levantado pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2023), os gastos militares entre EUA apresentam um gasto militar três vezes maior que o da China, conforme demonstra a figura 4.



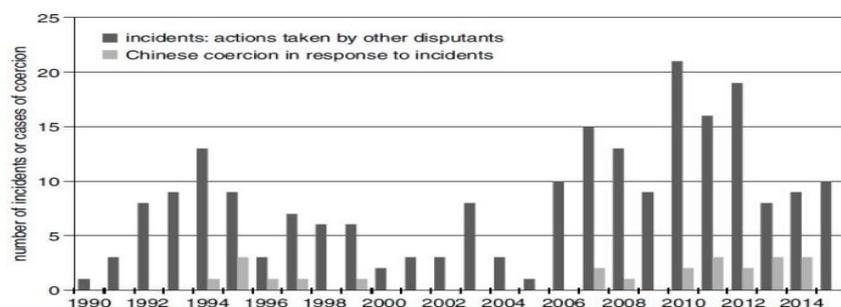
Figura 4 - Proporção de investimentos entre os 15 maiores orçamentos militares.



Fonte: SIPRI Military Expenditures Database, 2023, p.3.

Dessa forma, observa-se que a quantidade de incidentes coercitivos praticados contra a China, não acompanha as respostas chinesas às retaliações, pelo contrário, percebe-se que a política chinesa é da prevalência econômico-discursiva, se comparado com o uso da força (Figura 5).

Figura 5 - Instâncias da coerção chinesa nas disputas marítimas do Mar do Sul da China (1190-2015).



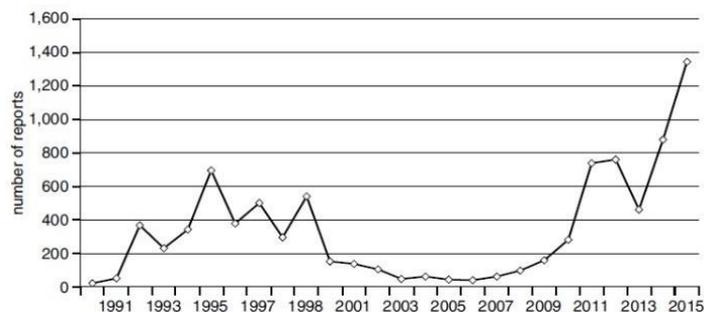
Fonte: Zhang, 2020, p. 133.

Por fim, outro fator significativo é a construção imagética da China como uma ameaça à estabilidade global, inclusive vista pelo aumento da produção de notícias que



destacam o Mar do Sul da China como o foco de um possível domínio militar da região, fato que agora não se comprovou, mas que contribuiu para o enfraquecimento da imagem chinesa como um agente pacífico (Figura 6).

Figura 6 - Relatórios de agências de imprensa sobre as disputas no Mar do Sul da China.



Fonte: Zhang, 2020, p. 136.

Desta forma, traça-se um panorama da atuação coercitiva chinesa como vocacionada a exploração de assimetrias econômicas como o principal mecanismo de coerção na tentativa de dissuadir o comportamento de outro Estado frente aos seus interesses. Do lado estadunidense parece ainda manter sua posição de prestígio como potência a partir do investimento no setor de Defesa e na construção de alianças militares sólidas e uma maior unidade de ação por parte dos países da OTAN.

A NGF, como destacamos, é resultado do imbricamento das dimensões de elementos ideológicos, militares e geopolíticos em um “estado de confronto permanente e multidimensional entre potências e seus blocos aliados” (Sanz Díaz; Sáenz Rotko, 2022, p. 171). A formação de novas alianças militares como a AUKUS (aliança entre EUA, Reino Unido e Austrália) e o QUAD (Japão, Índia, EUA e Austrália) são elementos que reforçam uma aproximação de uma bipolaridade e a necessidade de uma contenção da China. Outro fator digno de nota é o aumento de uma corrida armamentista tácita, perceptível no aumento dos orçamentos de Defesa de ambos os países. Por mais que a “hegemonia” chinesa se demonstre em suas capacidades comerciais e tecnológicas, enquanto os EUA



o façam por meio militares, trata-se de uma diferença estratégica, mas concorre para os mesmos fins.

CONCLUSÕES

Após essa breve exposição, percebe-se que há um tensionamento multifacetado entre China e Estados Unidos que se desdobrou desde o fim da URSS até 2022. As disputas no campo econômico e diplomático são as principais áreas de disputa entre as potências, no entanto isso não afasta a possibilidade de um conflito armado ou uma guerra convencional, até pela aceleração do poderio militar chinês. A expectativa de conflito cria movimentos de dissuasão ao aumentar o investimento no setor de Defesa e investir em operações de offsetting, com tecnologias de proteção de fronteira. No caso chinês, o desenvolvimento tecnológico se concentra militarmente em combate em água e ar, e no campo civil, tecnologias de uso dual.

Os Estados Unidos seguem sua trajetória do uso da força como meio de coerção disponível e usado largamente. Tal fato se lastreia nos movimentos da OTAN, tanto na constituição de bases e em ações militares conjuntas como na Guerra da Ucrânia, quanto na intervenção dos EUA em Taiwan, afrontando a ideia de “uma só China”. Na análise do discurso de representantes americanos se concentra na irradiação de valores caros ao liberalismo e o uso de pautas como os direitos humanos como mecanismo de intervenção em assuntos internos de outras nações, entre elas, da China. Por outro lado, os representantes chineses se concentram na tentativa de explorar pontos de convergência nos desafios globais e conclamando uma postura responsável das grandes potências, China e EUA, para garantir a continuidade da paz e estabilidade global.

A expressão nova guerra fria compartilha da perspectiva de soma zero, onde a sobrevivência de uma nação e sua atuação no mundo por meio da eliminação do outro e na consolidação de um sistema unipolar. A ideia de unipolaridade ou bipolaridade, no entanto, não parece contemplar os projetos necessários para o sucesso do planejamento chinês, cujo a multipolaridade com uma (re)divisão de poderes e reforma do sistema seria o caminho mais próspero para a atuação chinesa.



Por fim, apesar de publicamente, China e EUA propagarem uma ideia de paz, percebe-se que a possibilidade de um conflito já permeia a mente dos policy maker de ambos os Estados. Isso se manifesta no investimento chinês em sua modernização e ampliação militar, bem como no investimento estadunidense em fortalecer suas alianças. A escalada das tensões aponta para uma NGF, onde os blocos históricos de poder disputam influência no campo econômico, militar, na disputa do modelo de governança global e, um fator determinante para a tese de NGF, qual seja o campo ideológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allison, G. (2020). *A Caminho da Guerra: Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?* Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

Altemani, H. (2010). A China e o Sistema Internacional de Segurança. *Revista Brasileira de Política Internacional*, In: Jobim, N. ; Etchegoyen.

S. W. ; Alsina, J. P. (2010). *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV.

Altemani, H. (2010). Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v 53, p.88-106, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mDfHPGdggWSHwDSXDr9rnSH/abstract/?lang=pt> (Acesso em 20 outubro 2022).

Bertonha, J. F. (2017). *O Brasil, os BRICS e o Mundo no Século XXI*. Curitiba: Editora Prismas.

Cai, P. (2013). Understanding China's Belt and Road Initiative, [online]. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/publications/understanding-china-s-belt-and-road-initiative> (Acesso em: 25 agosto 2022).



Carmo, C. A. (2013). A América do Sul, a China e as Contradições da Política Econômica Externa do Brasil, in: Carmo, C. A. [et al]. *Relações Internacionais: olhares cruzados* Brasília: FUNAG.

China. (2016) 'Outline of the 13th Five-Year Plan (2016-2020) for National Economic and Social Development and Vision 2035 of the People's Republic of China', [online]. Disponível em: <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf>.

China. (2021). 'Outline of the 14th Five-Year Plan (2021-2025) for National Economic and Social Development and Vision 2035 of the People's Republic of China', [online]. Disponível em: https://www.fujian.gov.cn/english/news/202108/t20210809_5665713.htm (Acesso em: 15 agosto 2023).

Cox, R. (1986). 'Social forces, states and world orders: beyond international relations theory'. In: Keohane, R. (Ed.) *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, pp. 204-254.

Cox, R. (1992). 'Multilateralism and world order', *Cambridge University Press*, In: Cox, R. W; Sinclair, T.J. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press. 1992, pp. 511-524.

Cristofani, B. (2021). 'America, China, and the Echoes of History', *Foreign Affairs*, [online]. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-10-19/new-cold-war>. (Acesso em 20 agosto 2023).

Dawood, L. (2018). 'China's Military Modernisation: International Systemic Change through Internal Balancing?', in Orsi, D. ; Avgustin, J. R. ; Nursus, M. (Org). *Realism in practice: and appraisal*. Bristol, England: E-International Relations, pp.72-84.

Doshi, R. (2021). 'The Long Game: China's Grand Strategy to Displace American Order', *Oxford University Press*.



Gilpin, R. (1981). 'War and Change in World Politics', *Cambridge University Press*, New York.

Goldman, D. (2020). 'Huawei sanctions will destroy US chip industry'. *Asia Times*, [online]. Disponível em: <https://asiatimes.com/2020/09/huawei-sanctions-will-destroy-us-chip-industry/> (Acesso em: 19 outubro 2022).

Goldstein, A. (2020). 'China's Grand Strategy under Xi Jinping: Reassurance, Reform, and Resistance', *International Security* v.45, pp. 164–201, [online]. Disponível em: https://doi.org/10.1162/isec_a_00383 (Acesso em: 30 outubro 2022).

Guyer, J. (2022). 'Biden's promise to defend Taiwan says a lot about America's view of China'. *Vox*, [online]. Disponível em: <https://www.vox.com/world/2022/9/19/23320328/china-us-relations-policy-biden-trump>. (Acesso em 20 outubro 2022).

Hsieh, J. F. (2020). 'Continuity and Change in the US–China–Taiwan Relations'. *Journal of Asian and African Studies*, v.55, n.2, p.187–200, [online]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0021909620905051?journalCode=jasa> (Acesso em: 25 outubro 2022).

IMF, (2022). *World Economic Outlook*. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PPPSH@WEO/CHN/USA> (Acesso em: 24 outubro 2022).

Jabbour, E. ; Dantas, A. (2017). 'The political economy of reforms and the present Chinese transition'. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4 (149), pp. 789-807, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/QmM8rNPqfXrqYXr8XNwYGvL/?lang=en> (Acesso em: 19 setembro 2021)

Kissinger, H. (2011). *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.



Nikkei Asia. (2021) 'How it happened: transcript of the US-China opening remarks in Alaska'. *Nikkei Asia*, [online]. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/US-China-tensions/How-it-happened-Transcript-of-the-US-China-opening-remarks-in-Alaska> (Acesso em: 20 outubro 2022).

OCDE (2018). 'China's belt and road initiative in the global trade, investment, and finance landscape', *OECD Publishing*, Paris, pp.1-46, [online]. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/Chinas-Belt-and-Road-Initiative-in-the-global-trade-investment-and-finance-landscape.pdf> (Acesso em: 20 outubro 2022).

Panitch, L.; Gindin, S. (2019). 'Trumping the empire, in Panitch', *Socialist register*. L.; Albo, G. A world turned upside down.

Sanz Díaz, C.; Sáenz Rotko, J.M. (2022). '¿Segunda Guerra Fría? Un análisis desde la Historia y las Relaciones Internacionales', *Relaciones Internacionales*, nº 51, pp. 167-184. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2022.51.009> (Acesso em 20 agosto 2023).

SIPRI Military Expenditures Database (2023). Disponível em: <https://11nq.com/zEfYU> (Acesso em: 15 agosto 2023).

Sorensen, C. T. N. (2015). "The Significance of Xi Jinping's 'Chinese Dream' for Chinese Foreign Policy: From 'Tao Guang Yang Hui' to 'Fen Fa You Wei'". *Journal of China and International Relations*, vol 3, n.1, pp. 53-73, [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.52.78/ojs.jcir.v3i1.1146> (Acesso em: 15 agosto 2023).

UNCTAD (2017). Review of Maritime Transport 2017. New York/NY, USA and Geneva, Switzerland: United Nations. [online] Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/rmt2017_en.pdf (Acesso em: 07 outubro 2022).



Xiaoping, D (1994). *Select Works of Deng Xiaoping*. v.3. Beijing: *Foreign Languages Press*.

Zhang, K. (2020). 'Cautious Bully: Reputation, Resolve, and Beijing's Use of Coercion in the South China Sea'. *International Security*, v.44, n.1, pp. 117–159, [online]. Disponível em: https://doi.org/10.1162/isec_a_00354 (Acesso em: 20 agosto 2022).

